

Nathan Nguangu Kabuenge

Universidade da Amazônia –

Unama

E-mail:

nathannguangu@gmail.com**Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira**

Universidade da Amazônia –

Unama

E-mail:

ivana.professora2020@gmail.com**Thiago Almeida Barros**

Universidade da Amazônia –

Unama

E-mail: tbarros81@gmail.com**Alda Cristina Silva da Costa**

Universidade Federal do Pará –

UFPA

E-mail:

aldacristinacosta@gmail.com**Luna Carvalho de Lucena**

Universidade da Amazônia –

Unama

E-mail: luna.lucena03@gmail.com

Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

Alfabetização midiática: ênfase dos estudos a partir da revisão sistemática da literatura

*Media literacy:
approaches from studies based on a
systematic literature review*

*Alfabetización mediática:
enfoques de los estudios a partir de la
revisión sistemática de la literatura*

RESUMO

Este artigo apresenta uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre Alfabetização Midiática (AM) em estudos publicados de 2016 até 7 de fevereiro de 2025, com pesquisa realizada nas bases Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, utilizando o descritor alfabetização midiática. Após aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados nove artigos, que abordam a formação de professores, o consumo consciente de mídia, o combate à desinformação, o exercício da cidadania e a leitura feminista da mídia. Além disso, os termos AM e alfabetização midiática e informacional (AMI) são utilizados com sentidos equivalentes, abrangendo todas as dimensões da mídia. Os resultados reforçam a relevância da AM na formação de cidadãos críticos e participativos e destacam a necessidade de um esforço coletivo para sua implementação dentro e fora do ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: *Alfabetização Midiática; Alfabetização Midiática e Informacional; Mídia; Revisão Sistemática da Literatura.*

ABSTRACT

This article presents a Systematic Literature Review (SLR) on Media Literacy (ML) in studies published from 2016 to February 7, 2025, with research carried out in the CAPES Periodicals Portal and SciELO databases, using the descriptor media literacy. After applying the exclusion and inclusion criteria, nine articles were selected, which address teacher training, conscious media consumption, combating misinformation, exercising citizenship, and feminist media reading. In addition, the terms ML and media and information literacy (MIL) are used with equivalent meanings, covering all dimensions of the media. The results reinforce the relevance of ML in the formation of critical and participatory citizens and highlight the need for a collective effort for its implementation inside and outside the school environment.

KEYWORDS: *Media Literacy; Media and Information Literacy; Media; Systematic Literature Review.*

RESUMEN

Este artículo presenta una Revisión Sistemática de Literatura (RSL) sobre Alfabetización Mediática (AM) en estudios publicados de 2016 al 7 de febrero de 2025, con investigaciones realizadas en las bases de datos Portal de Periódicos CAPES y SciELO, utilizando el descriptor alfabetización mediática. Luego de aplicar los criterios de exclusión e inclusión, se seleccionaron nueve artículos, que abordan la formación docente, el consumo consciente de medios, el combate a la desinformación, el ejercicio de la ciudadanía y la lectura feminista de los medios. Además, los términos MA y alfabetización mediática e informacional (MIL) se utilizan con significados equivalentes, abarcando todas las dimensiones de los medios. Los resultados refuerzan la relevancia de la AM en la formación de ciudadanos críticos y participativos y resaltan la necesidad de un esfuerzo colectivo para su implementación dentro y fuera del ámbito escolar.

PALABRAS CLAVE: *Alfabetización mediática; Alfabetización mediática e informacional; Medios; Revisión sistemática de la literatura.*

Submetido em 15 de março de 2025.

Aceito em 27 de maio de 2025.

Introdução

O modo como se produz, distribui e consome os produtos midiáticos se altera constantemente com o avanço das técnicas e Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), com destaque para a inteligência artificial (IA). Através de algoritmos — meios de comunicação que representam, ao mesmo tempo, o canal, o código, a mensagem e a cosmovisão (Lemos; Domingo, 2020) — e complexos de processamento de dados, não apenas transforma a maneira como os artefatos midiáticos são produzidos e distribuídos, mas também como são consumidos e interpretados pelos indivíduos.

A mídia, sob impulso das novas tecnologias, institui um novo modo de existência, o quarto bios (Sodré, 2002). Marcado por uma eticidade estetizante e vicária, opera como uma espécie de terceira natureza, em que cognição, sensorialidade e costumes moldam-se pela lógica do mercado e da informação. Assim, o avanço das tecnologias e técnicas midiáticas transforma profundamente a cultura, as relações sociais e a forma como experimenta-se o mundo. Nesse contexto, a mídia se configura como agente de transformação/mudança social e cultural que influencia significativamente a sociedade contemporânea (Hjarvard, 2008; Verón, 2014).

Entretanto, esses avanços não trouxeram somente benefícios. A disponibilização rápida de grande volume de dados, cujo tratamento através dos algoritmos complexos insere a sociedade contemporânea na era de “plataformização [...], dataficação [...] e performatividade algorítmica” (Lemos; Domingo, 2020, p. 404, tradução nossa), se caracteriza pelo amplo trabalho de coleta e processamento diário de dados pelas plataformas digitais, visando inferir

sobre comportamentos de indivíduos e induzir suas ações. Além disso, trouxe desafios, como a proliferação da desinformação, entendida como “todas as formas de informações falsas, imprecisas ou enganosas projetadas, apresentadas e promovidas para causar intencionalmente danos públicos ou com fins lucrativos” (Flores-Vivar; Botelho-Francisco; Vargas-Marín, 2022, p. 247, tradução nossa). A desinformação mina o exercício pleno da cidadania, pois ameaça a qualidade da informação e do debate público e influencia a tomada de decisões.

Situamo-nos em um contexto de produção e compartilhamento constante de informações, que nos chegam cotidianamente por várias plataformas e dispositivos. Entre elas, há “muitas mensagens falsas, com conteúdos abusivos, violentos e ameaçadores, requer o acionamento de distintas habilidades avaliativas e interpretativas sobre a autoria, contexto e intenção dos conteúdos” (Spinelli, 2021, p. 140). Ou seja, exige competências para entender os processos de produção, distribuição e recepção dos materiais midiáticos que impactam cotidianamente a nossa forma de perceber e interagir com o mundo. Portanto, o contexto demanda uma postura analítica e crítica frente a esses artefatos, uma responsabilidade e posicionamento ético-moral para que sujeitos não se transformem em cúmplices das estratégias de representação e engajamento da mídia (Spinelli, 2021).

Em outras palavras, o contexto da sociedade caracterizada pelo uso desenfreado de algoritmos e plataformas digitais, que favorece a disseminação da desinformação e de narrativas emocionais e de ódio que abalam a credibilidade das instituições estabelecidas, enfraquece a confiança na mídia e prejudica o processo de tomada de decisões de interesse público, agravando, assim, problemas socioambientais. Por isso, diversos setores da sociedade discutem sobre os impactos das produções midiáticas na vida cotidiana. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Wilson *et al.*, 2013), por exemplo, enfatiza o papel primordial das práticas pedagógicas voltadas para a mídia e a necessidade de adotar uma abordagem mais crítica e ativa em relação ao avanço dos dispositivos comunicacionais e tecnológicos na sociedade contemporânea.

Assim, há uma urgência no acesso à educação e à alfabetização para a mídia (alfabetização jornalística, informacional, publicitária, computacional, digital, cinematográfica, televisiva, visual etc.). Isso se configura como dispositivo crucial para interpretar criticamente as produções midiáticas, combater preconceitos e promover a cultura de diversidade benéfica para a construção de uma sociedade sustentável, justa e inclusiva.

Como há “múltiplas alfabetizações [...] na gênese da alfabetização midiática” (Brum; Schmidt, 2024, p. 11), neste artigo, utilizamos a “alfabetização para a mídia” em referência a essa multiplicidade, distinguindo-a do sentido da Alfabetização Midiática (AM), conceituada por Wilson *et al.* (2013), junto com a Alfabetização Informacional (AI) — duas áreas distintas da alfabetização que tangenciam a mídia e que compõem a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). O presente artigo, portanto, tem o objetivo de realizar uma revisão sistemática da literatura (RSL) de trabalhos publicados de 2016 até 7 de fevereiro de 2025 acerca da Alfabetização Midiática (AM) nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes¹ e SciELO, destacando seus enfoques.

A AM é aqui entendida, de uma forma geral, como um conjunto de competências que auxilia cidadãos a criar, acessar, avaliar e analisar conteúdos midiáticos de maneira reflexiva, responsável e ética (Livingstone, 2004; Buckingham, 2019). Opera também como dispositivo que capacita sujeitos ao exercício pleno da cidadania, de forma consciente e crítica, na sociedade mediada pela cultura e pelas produções midiáticas (Spinelli, 2021). É ainda um dispositivo essencial para enfrentar os desafios contemporâneos como a desinformação (Mihailidis, 2019; Wardle; Derakhshan, 2017) na sociedade brasileira, na qual as desigualdades socioeconômicas têm impacto direto no acesso à informação de qualidade e, conseqüentemente, na proliferação de informações falsas, afetando, assim, por exemplo, o funcionamento da democracia.

Para Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação, além de distorcer a percepção da realidade pelos cidadãos, mina a confiança nas instituições e na democracia, e dificulta o acesso

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

amplo à informação, que vai além da disponibilização das tecnologias, pois inclui também a capacitação crítica dos cidadãos para uso responsável e consciente dessas tecnologias (Baccega, 2010). Esse uso exige o desenvolvimento de competências midiáticas por parte dos cidadãos. Isso implica a necessidade de integração da AM nas práticas pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar, visando ações educacionais que desenvolvam pensamento crítico em relação às produções midiáticas (Spinelli, 2021).

1 O que é, afinal, a alfabetização midiática?

A AM é um conceito que evoluiu ao longo das últimas décadas (Hobbs, 2010), seguindo os avanços tecnológicos e transformações nas formas de produção, distribuição e consumo de produtos midiáticos. Em sua gênese, a AM remetia à análise crítica dos meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão, jornais), mas, hoje, expandiu-se para abranger ambientes digitais (TDICs) e novas formas de interação mediadas pelas TICs.

Para Potter (2022), o termo “alfabetização” era usado para designar a capacidade de ler o que está escrito. Porém, com as novas tecnologias de transmissão de mensagens, o sentido se ampliou para abranger eixos como o visual, em história, ou na utilização do computador. Para o autor, hoje, a AM é multidimensional e continua remetendo a “um conjunto de perspectivas que ativamente usamos para nos expor à mídia e interpretar o significado das mensagens que encontramos” (Potter, 2022, p. 13, tradução nossa).

A AM auxilia no processo de adaptação ao mundo em constante mudança, capacitando cidadãos a serem mais pessoais, criativos e concisos (Potter, 2022). Contudo, essa capacitação não se limita ao domínio técnico-tecnológico, mas abrange também o entendimento dos processos de produção midiática, a percepção das intencionalidades e de vieses desses conteúdos, bem como a habilidade de participação de forma ativa nos ambientes digitais. Por isso, para Buckingham (2019), a AM é essencial para o exercício pleno da cidadania, já que

promove o engajamento cívico dos cidadãos e sua participação democrática na sociedade mediada pela mídia, além de seu empoderamento social.

Spinelli (2021) considera que, cada vez mais, a mídia permeia as relações sociais, destacando a necessidade de garantir a AM não apenas para que cidadãos possam interagir com o sistema, mas também para que possam se envolver socialmente através dele. Assim, para a autora, a AM é uma área de estudos, pesquisas e aplicações que fomenta relevante avanço “na construção da comunicação, criatividade, colaboração e habilidades de pensamento crítico de crianças, jovens e adultos em relação à mídia de massa, cultura popular e tecnologias digitais” (Spinelli, 2021, p. 132). Ao capacitar os cidadãos a produzirem e consumirem conscientemente as produções midiáticas, o campo se atenta também a perceber e avaliar como tais artefatos são compreendidos e produzidos.

Para Brum e Schmidt (2024), esse campo é estabelecido na interface entre a educação e a comunicação, o que originou múltiplas tessituras conceituais: a alfabetização para a mídia, mídia-educação, literacia mediática etc. No entanto, destacam os autores, essa multiplicidade é enganosa, já que vários desses silogismos são empregados como sinônimos e não há um que, tomado individualmente, satisfaça todas as nuances dessa interface. Por isso, o sentido de cada um depende do seu contexto sociocultural de uso.

Assim, desde o século XX, destaca Spinelli (2021), a AM adaptou-se para promover uma abordagem crítica frente às produções midiáticas. Inicialmente associada ao cinema e à televisão, a AM foi aplicada ao ambiente escolar e universitário para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e de leitura crítica, passando a ser reconhecida como prática essencial para o exercício da cidadania e dos direitos democráticos em 1970. Nesse momento, a Unesco passou a considerar a educação para a comunicação como indispensável para a garantia plena dos direitos da população e para o desenvolvimento dos países (Brum; Schmidt, 2024b).

No Brasil, em 1970, iniciativas na educação e comunicação propuseram uma abordagem crítica da mídia, apontando a necessidade analítica das produções midiáticas que influenciam os hábitos de consumo e moldam comportamentos dos indivíduos (Spinelli, 2021),

e de um olhar mais crítico e apurado sobre o consumo da mídia e produção comunicacional “de modo a lançar luzes sobre muitos problemas culturais advindos da sociedade midiaticizada (Brum; Schmidt, 2024, p. 8). Neste sentido, para Borges (2014), a AM é a capacidade de acessar, avaliar e interpretar o impacto de mensagens, de imagens e sons que confrontam o cidadão, e de se comunicar com eficácia, sendo que “a alfabetização midiática tem um papel importante na formação do ser não apenas consumidor de informação, mas também cidadão” (Rodella, 2022, p. 247). Para a autora, a AM permite ter uma leitura crítica das notícias, avaliar conteúdos midiáticos criticamente, compreender as relações de poder da mídia e suas funções na sociedade e tomar decisões através das informações disponíveis.

Contudo, a importância da AM na sociedade contemporânea seria a capacitação dos cidadãos para consumo crítico das produções midiáticas, não somente em relação ao conteúdo das mensagens, mas também como utilizam e se apropriam dessas produções no cotidiano. Isto assegura o exercício pleno da cidadania, já que, além de oportunizar a compreensão das práticas socioculturais, envolve a consciência, as garantias e o acesso ao conhecimento de seus direitos.

Cada vez mais, a AM se torna indispensável na sociedade contemporânea, mediada pelas TICs, mas principalmente pelas TDICs, que viabilizaram a emergência da sociedade em rede, em que a mídia se transforma em fonte de construção e manutenção de poder através da manipulação da opinião pública (Castells, 2009). Nesse contexto, há necessidade de competências para a mídia em relação, por exemplo, a suas estratégias de marketing onipresentes e seu impacto na cultura (Hobbs, 2010), que visa moldar os comportamentos dos indivíduos.

Nessa perspectiva, a AM permite aos cidadãos analisarem as ambiguidades das mensagens midiáticas, influenciando sobre seu subconsciente para modelar suas percepções de diversos temas (Potter, 2022), e auxiliando no uso inteligente e ético das tecnologias disponíveis e o acesso igualitário às ferramentas digitais. Assim, promove o respeito às alteridades, à cidadania digital e à cultura participativa (Jenkins *et al.*, 2009). Isso demanda

uma educação para a participação ativa dos cidadãos na produção e disseminação de conteúdos midiáticos, possibilitando desenvolver novas habilidades e compreensão profunda do funcionamento das mídias digitais. Entre as habilidades, temos: pensamento analítico e crítico, letramento ambiental e digital, comunicação colaborativa e consciência cultural e social promovam o desenvolvimento sustentável (Nkenchor; Maciver, 2024).

Contudo, considerando a complexidade da mídia na contemporaneidade, a AM apresenta suas limitações diante da problemática da ecologia midiática; do poder da comunicação; da cultura participativa; da dimensão moral e ética da mídia; do consumo, das identidades e cidadania; da desinformação e fake news etc. Assim, mesmo que a AM surja como dispositivo de enfrentamento dos desafios trazidos pelas TICs e TDICs por promover a análise crítica de mensagens midiáticas e produção de conteúdos de enfrentamento desses desafios (Nichols; LeBlanc, 2023), sua consideração como solução única para todos os desafios trazidos pela mídia é errônea.

Para Nichols e LeBlanc (2023), são necessários outros recursos e táticas que possam ajudar no engajamento e navegação em complexos sistemas midiáticos. Neste sentido, para enfrentar esses desafios, “é necessária uma nova abordagem quanto à alfabetização, que seja mais situacional, pluralista e dinâmica, destacando, assim, seus aspectos relacionados à informação, à comunicação, à mídia, à tecnologia e aos aspectos digitais” (Unesco, 2016, p. 17). Assim, como novo construto da alfabetização que empodera cidadãos, permitindo que as nações e comunidades participem e contribuam para a construção de sociedades do conhecimento globais, a Unesco propõe a alfabetização midiática e informacional (AMI) que reúne a AI — que “ênfatisa a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação” (Wilson *et al.*, 2013, p. 18) — e a AM — que “ênfatisa a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão” (Wilson *et al.*, 2013, p. 18). Inclui, também, a alfabetização digital (AD) e as TICs (Wilson *et al.*, 2013; Unesco, 2016), promovendo “maior acessibilidade, convergência e distribuição de informações e conteúdos

midiáticos, em vários formatos e por meio de diversas ferramentas digitais” (Unesco, 2016, p. 27).

Para Souza e Valle (2021), a AMI é “um processo de aprendizagem que abarca as perspectivas do olhar crítico, da reflexão ética e da argumentação e promove a tomada de decisão consciente aos cidadãos” (Souza; Valle, 2021, p. 111). A AMI “ajuda no desenvolvimento do pensamento crítico e na resolução de problemas, além de aumentar a colaboração e a participação” (Unesco, 2016, p. 17). Isso ressalta a necessidade de que cada país invista na promoção da AMI, equipando, assim, seus cidadãos com recursos e ferramentas necessários para atingirem seus objetivos pessoais e socioprofissionais. Desse modo, fazem com que eles não sejam apenas consumidores de conteúdos midiáticos e informações, mas também pessoas que busquem informações de maneira responsável, que criem conhecimento e inovem (Unesco, 2016). Assim, a AMI é:

um conjunto de competências que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz” (Unesco, 2016, p. 17).

Vale apontar que, se a Unesco faz a diferença conceitual entre a AM e AMI, de acordo com a literatura consultada e examinada, percebe-se que seus autores tendem a utilizar esses termos para se referir à alfabetização que abrange todas as dimensões da mídia. É por isso que, durante as análises, organizamos trabalhos que abordam separadamente esses dois conceitos numa categoria analítica AM.

2 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa de abordagem qualitativa é uma revisão sistemática da literatura — RSL (Brizola; Fantin, 2016; Mariano; Santos, 2017; Dall’Agnes, Canavilhas, Barichello, 2020). Conforme Brizola e Fantin (2016), a RSL dá aos pesquisadores mapas de produções já feitas sobre determinadas temáticas, indicando procedimentos seguidos e tendências não abordados

em pesquisas nos últimos anos. Para Dall’agnes, Canavilhas e Barichello (2020), a RSL é uma revisão da literatura que adota uma série de métodos e busca identificar, sintetizar e avaliar as pesquisas relevantes sobre determinadas temáticas. Com isso, essa metodologia visa minimizar erros sistemáticos na pesquisa e na escolha de trabalhos (Mariano; Santos, 2017) em função do rigor metodológico baseado em análises estatísticas e índices bibliométricos. Assim, a RSL auxilia em delimitar o problema da pesquisa, buscar novas tendências de investigação, procurando suas abordagens inéditas e identificando trabalhos já realizados, visando a relevância da pesquisa (Brizola; Fantin, 2016). A RSL se realiza, para Dall’agnes, Canavilhas e Barichello (2020), em três etapas: o planejamento, a condução e a escrita do relatório.

No planejamento, define-se com clareza o que se quer pesquisar e como fazê-lo. Assim, depois de definir o tema AM, perguntamos: quais estudos foram feitos e publicados nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES entre 2016 e 2025 sobre a AM? Quais são os enfoques desses estudos? Através dessas perguntas, buscamos os estudos nas bases acima citadas através do descritor alfabetização midiática. Em seguida foi definido o protocolo de pesquisa resumido na Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Protocolo de seleção de trabalhos para a RSL

Tipos de trabalhos selecionados	Base de dados	Idioma	Período	Descritores	Critério de inclusão e exclusão
Artigos publicados nas bases de dados	Portal de Periódicos da Capes e SciELO	Português, inglês e espanhol	2016 e 2025	Alfabetização midiática	Foram incluídos artigos indexados e disponíveis nas bases de dados de 2016 até 07/02/2025, escritos em português, inglês e espanhol, contendo em seus títulos, resumo e palavras-chave o descritor: <i>Alfabetização midiática</i> . Foram excluídos todos os trabalhos que não respeitaram os critérios acima.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Na condução, procedemos com a seleção preliminar dos dados e examinando sua relevância para a pesquisa antes da extração e síntese. Assim, realizamos os seguintes procedimentos:

1. Pesquisa inicial para identificar os trabalhos através do descritor *alfabetização midiática*. Assim, foram encontrados 77 (setenta e sete) trabalhos na base Portal de Periódicos da Capes e 20 (vinte) na base SciELO, com total de 97 (noventa e sete) artigos;
2. Triagem de trabalhos para a leitura de título, palavras-chave e resumo. Foram incluídos trabalhos publicados no Brasil. Obtivemos total de cinco trabalhos na base SciELO e 55 (cinquenta e cinco) no Portal de Periódicos da Capes. No final, selecionamos 60 (sessenta) trabalhos para a leitura inicial;
3. Terceiro filtro — elegibilidade de trabalhos para a leitura completa. Somente foram incluídos trabalhos que se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa e que continham em seus títulos ou em seus resumos ou entre suas palavras-chave o descritor *alfabetização mediática* ou os seguintes termos: *alfabetização midiática e informacional*, *alfabetização midiática-visual*, *alfabetização informacional e midiática*. Assim, dos 60 (sessenta) trabalhos elegíveis, foram excluídos 37 (trinta e sete) trabalhos, restando, assim, 23 (vinte e três) trabalhos;
4. Inclusão de trabalhos para a RSL. Depois da leitura completa dos 23 (vinte e três) trabalhos, foram incluídos artigos apresentando relevância, melhor embasamento e descrição da temática analisada. Desse modo, após a análise crítica e reflexiva dos artigos, obtivemos um total de 16 (dezesesseis) artigos para a RSL: três trabalhos na base SciELO e 13 (treze) trabalhos na base Portal de Periódicos da Capes. No entanto, com a ocorrência de dois artigos duplicados, eliminamos um de cada, restando 14 (quatorze) artigos. Para a realização da RSL, somente foram considerados nove artigos que abordaram de uma forma direta a AM.

Finalizamos a condução realizando a síntese dos dados obtidos (Dall’agnes; Canavilhas; Barichello, 2020). De uma forma geral, percebemos, nos artigos, a existência de uma pluralidade de alfabetização para a mídia que foi reagrupada nas seguintes categorias de abordagem: alfabetização midiática, alfabetização midiática e informacional, alfabetização informacional e midiática, e alfabetização midiática-visual.

Os debates nos artigos se centraram no combate à desinformação e violência escolar, na formação dos professores e na educação, destacando os seguintes pontos: a conceituação da alfabetização em mídia e sua importância na sociedade contemporânea; a integração da alfabetização para a mídia na educação e formação continuada dos professores; o papel do bibliotecário, a fotografia e linguagem visual na promoção da alfabetização para a mídia; a competência crítica para o consumo das produções midiáticas; mídias digitais; e por fim, o papel da alfabetização em mídia para a cidadania, combate à desinformação e educação.

3 Resultados e discussão

Conforme destacado anteriormente, os resultados da pesquisa são apresentados com base nas categorias de abordagem a seguir: Alfabetização Midiática (AM), Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), Alfabetização Informacional e Midiática (AIM) e Alfabetização Midiática-Visual (AM-V). Identificamos que metade dos 14 (quatorze) artigos selecionados abordaram a temática AMI. Na segunda posição, vem a temática AM-V, com quatro trabalhos e, com dois artigos, a temática AM vem logo em seguida. Na quarta posição, encontra-se a temática AIM, com um artigo.

Entretanto, para a realização da RSL, como destacada acima, só foram incluídos nove artigos que abordaram diretamente a alfabetização midiática. Lembrando que, aqui, a alfabetização midiática inclui as categorias de abordagem AMI e AM. Sendo assim, foram excluídos das análises as categorias AIM e AM-V, já que a alfabetização midiática abrangendo todas as dimensões da mídia não foi a temática principal dos artigos encontrados.

O tema central das produções encontradas é a alfabetização para a mídia através das categorias de abordagem AM e AMI, que, como destacado acima, foram usadas com sentidos semelhantes nos artigos analisados, o que motivou a fusão dessas duas categorias em AM. Como foco principal dos estudos, encontramos: a formação de professores em AM, na maior parte dos artigos; as habilidades essenciais para avaliar informações na sociedade contemporânea mediada pela mídia e permeada pela disseminação da desinformação e fake news; a relação entre a AM e o combate à violência nas escolas; educação que promove uma leitura crítica da mídia; o papel do bibliotecário escolar na implementação da AM; uso de mídias digitais por discentes de licenciatura para aprimorarem suas formações; a cidadania digital, necessidade de repensar a formação docente crítica no contexto digital e a leitura feminista da mídia para o combate dos estereótipos contra a mulher.

O estudo exploratório de abordagem qualitativa de Reis, Melo, Fontes e Almeida (2020) objetiva apresentar o conceito da AMI “na formação do professor e suas características, bem como relatar a utilização de tecnologias para tratar da AMI com alunos de disciplina inovação e novas tecnologias em educação, em um programa de pós pública brasileira” (Reis, Melo, Fontes, Almeida, 2020, p. 2). A AM pode ser entendida como a habilidade de analisar criticamente a mídia e de avaliar, acessar, produzir e compartilhar informações de maneira autônoma e crítica, capacitando cidadãos para participarem ativa e conscientemente na sociedade. Como enfoque do estudo, as autoras propõem a integração da AM na formação de docentes através da formação continuada, para que possam enfrentar os desafios de inadequação de infraestrutura e as barreiras socioeconômicas, sugerindo o uso de recursos educacionais abertos como estratégia pedagógica para democratizar o acesso à informação e encorajar a transformação da escola.

Guazina (2023) investiga a relação entre a desinformação e a violência nas escolas brasileiras. Através da pesquisa bibliográfica, da revisão de documentos internacional e nacional, bem como experiências de outros países na temática e projetos locais, a autora propõe “uma contribuição para o debate público sobre a construção de proposta de agenda de

políticas públicas que promovam a alfabetização midiática e informacional nas escolas, em acordo com as competências da Base Nacional Curricular (BNCC)” (Guazina, 2023, p. 29). Com isso, enfatiza a necessidade da participação pública, da formação continuada dos docentes e da produção de conteúdos audiovisuais. Aponta a urgência de combater os discursos de ódio e a disseminação de fake news através da implementação nas escolas da AM, entendida não somente como habilidade de interpretar, avaliar e analisar criticamente os discursos e mensagens da mídia, mas também de produzir e compartilhar informações de maneira crítica e ética, promovendo, assim, o empoderamento e a participação ativa e consciente dos cidadãos na sociedade.

Spinelli (2021), a partir da pesquisa bibliográfica de abordagem, define a AM como a capacidade de analisar, acessar, avaliar e criar mensagens, permitindo aos cidadãos compreenderem criticamente os processos de produção e consumo de artefatos midiáticos para que eles possam atuar de maneira responsável e consciente na sociedade. A autora reflete, ainda, sobre o potencial da AM para desenvolver competências críticas e cidadãs, apontando indicadores que guiam a formação de uma identidade participativa. A partir de um exercício teórico-metodológico, a autora analisa os desafios trazidos pelo consumo intensivo das produções midiáticas e suas implicações sociais. Como enfoque, a autora enfatiza a necessidade de um ensino que promova o consumo consciente da mídia e a participação ativa dos cidadãos através das competências desenvolvidas nos processos de acesso, criação e avaliação crítica da mídia e seus conteúdos, concluindo que a AM é essencial para a emancipação e atuação crítica dos cidadãos na sociedade.

Gusmão (2016), por meio da revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, ao objetivar “analisar o período de convergência entre alfabetização tradicional e alfabetização midiática e informacional” (Gusmão, 2016, p. 125), considera a AM como sendo a capacidade de acessar, avaliar e compreender criticamente os conteúdos midiáticos e outros provedores de informação. Trazendo a transição entre a alfabetização tradicional e a AMI, o autor examina a convergência entre métodos clássicos e as novas demandas educacionais possibilitadas pelo

uso das TICs no ambiente escolar. Ressaltando a necessidade de ampliar as competências dos cidadãos para avaliar e interpretar criticamente as produções midiáticas, a pesquisa de Gusmão (2016) tem como enfoque a reflexão sobre as transformações essenciais na educação para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Rodella (2022), partindo de um estudo de caso de abordagem qualitativa, visa analisar a leitura da mídia pelas mulheres das imagens publicadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), em sua página na plataforma de rede social Facebook, no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em 2018 e 2019, e propõe uma atividade de mídia-educação. Fundamentando suas análises na conceituação de AM e jornalismo para paz, a autora destaca que as imagens de mulheres veiculadas pelo MBL não representam sua realidade e reforçam estereótipos e mensagens subliminares violentas. Por isso, há urgência de desenvolver habilidades críticas que possibilitem uma interpretação consciente das produções midiáticas. Como enfoque da pesquisa, a autora propõe a implementação de atividade de mídia-educação como dispositivo para promover uma comunicação inclusiva e democrática.

Gomes e Siqueira (2019), através de uma abordagem qualitativa de análise semiológica estrutural e análise textual discursiva não apresentam definição explícita da AM, mas consideram essencial o desenvolvimento de competências críticas que permitam uma melhor compreensão da mídia. Como enfoque da pesquisa, os autores apontam a necessidade de repensar a formação dos docentes de biologia frente às mudanças educacionais contemporâneas, visando sua capacitação na leitura semiótica das imagens utilizadas em sala de aula e nas mídias. Investigando as concepções de docentes em formação sobre a interpretação de um cartum publicado na *Revista Ciência Hoje das Crianças*, os autores objetivam analisar se a formação de professores no Brasil os prepara para desenvolverem a competência de AM proposta pela Unesco.

Para Soares, Luce e Estabel (2022), a partir do levantamento bibliográfico, da revisão da literatura e de abordagem qualitativa e exploratória, objetivam “verificar se existem estudos em âmbito nacional que relacionem a AMI e a atuação do bibliotecário que trabalha nas

bibliotecas escolares” (Soares; Luce; Estabel, 2022, p. 159). Investigando a implementação da AMI no contexto das bibliotecas escolares, os autores apontam a urgência em desenvolver competências críticas diante da explosão de informação possibilitada pelas TDICs, implementando nas escolas a AM, entendida como habilidade de selecionar, avaliar, compreender e utilizar a mídia, com ênfase no uso de recursos audiovisuais na educação. Como enfoque da pesquisa, os autores destacam o papel transformador do bibliotecário e a importância de políticas públicas para fortalecer e promover a educação mediada pela biblioteca escolar.

Na perspectiva de Carvalho e Giacomazzo (2022), por meio da pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, objetivam “analisar o conceito de Alfabetização Midiática e Informacional elaborado pela UNESCO, refletindo sobre as diretrizes para a formação de professores” (Carvalho; Giacomazzo, 2022, p. 1). Fundamentando suas análises na avaliação do currículo da AMI, as autoras exploram a evolução histórica da mídia-educação e a sua integração no ambiente escolar, destacando a importância da mediação crítica dos docentes diante das mudanças tecnológicas que inserem a mídia como dispositivo para o desenvolvimento da cidadania. Assim, o enfoque da pesquisa é a formação continuada dos docentes para práticas educativas inovadoras e transformadoras através da implementação da AM, entendida como processo educativo que habilita os cidadãos a ler, avaliar, interpretar e produzir criticamente conteúdos midiáticos, promovendo a cidadania, autonomia e as práticas pedagógicas transformadoras.

Partindo do estudo exploratório de abordagem qualitativa e do método *survey*, objetivam “analisar como estudantes de licenciatura no Brasil utilizam as redes sociais e plataformas digitais para acessar conteúdos e conhecimentos científicos de sua área de formação” (Rodrigues; Grané, 2023, p. 1). Os autores entendem a AM como um conjunto de competências que permitem aos cidadãos avaliarem criticamente os conteúdos midiáticos, de se informarem, de utilizarem e produzirem informações de maneira responsável e ética, possibilitando a efetiva participação no diálogo e na comunicação entre eles.

Investigando como os discentes de licenciatura no Brasil utilizam as redes sociais e plataformas digitais para acessar os conteúdos acadêmico-científicos, as autoras apontam que os discentes preferiam o Whatsapp, Telegram, Google e YouTube, em detrimento de mídias tradicionais ou repositórios científicos; e se se informavam via aplicativos de mensagens mesmo sem verificação aprofundada das fontes. Por isso, como enfoque da pesquisa, as autoras propõem a integração da AM na formação inicial de docentes, promovendo o fortalecimento das competências críticas, para que futuros professores possam navegar com segurança nos ambientes digitais e combater a desinformação.

De uma forma geral, os artigos analisados definem a AM com base na proposta da Unesco (2016) e por Wilson *et al.* (2013) e ressaltam sua importância para a formação continuada dos docentes, para a educação dos discentes e da sociedade como um todo. Os artigos apontam como pilares da AM: acesso (conhecimento sobre política e indústria da mídia), avaliação (capacidade de realizar análises críticas das produções midiáticas), produção (aptidão para criar mensagens e compreender os processos de produção midiáticas) e a recirculação (observação dos fluxos midiáticos e seus impactos sociais). Além disso, as pesquisas enfatizam o papel da AM no combate à desinformação e violência nas escolas; na promoção de um consumo consciente dos meios de comunicação e na efetivação dos direitos de comunicação e do exercício pleno da cidadania. Por fim, os estudos destacam os desafios e oportunidades de implementação da AM no contexto escolar ou não, considerando, entre outras contribuições, a contribuição das bibliotecas escolares e a perspectiva da leitura midiática feminista para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Considerações finais

Este artigo objetivou realizar a RSL de trabalhos publicados nas bases de dados Periódicos da CAPES e SciELO, entre 2016 e 7 de fevereiro de 2025, utilizando o descritor *alfabetização midiática*. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão definidos na pesquisa, foram selecionados nove trabalhos para a realização da RSL, excluindo, assim, 88 (oitenta e

oito) trabalhos encontrados na busca inicial. Nas análises, observamos que os artigos selecionados, por terem sido publicados no Brasil, para a leitura de título, palavras-chave e resumo, exploram a alfabetização para a mídia nas seguintes categorias de abordagem: AMI, AM-V, AIM e AM.

Os estudos selecionados para a RSL investigaram desde a formação continuada de docentes e a implementação da AM em escolas e bibliotecas escolares, até o uso de tecnologias digitais em sala de aula. Além disso, as pesquisas abordaram o papel da AM no combate a desinformação, promoção da cidadania digital, no desenvolvimento do pensamento crítico dos discentes; na relação entre a BNCC e as competências infocomunicacionais, na leitura feminista e representação da mulher nas mídias digitais.

O avanço contínuo das TICs e TDICs com o advento da IA tem mudado a forma de produzir, distribuir e consumir os produtos midiáticos. Essa evolução institui um novo modo de existência, em que sensorialidade, cognição e costumes são moldados pela lógica do mercado e da informação, tornando a mídia um agente de transformação cultural e social profunda. Neste contexto, os artigos analisados ressaltam a urgência do desenvolvimento de habilidades críticas que permitam aos cidadãos não apenas consumir as produções midiáticas de forma responsável, mas também produzir conteúdo em diversas dimensões — visual, tecnológica e informacional —, assegurando uma participação social engajada e consciente em uma sociedade mediada pelas TICs e TDICs.

Nas análises, percebeu-se que os artigos agrupados na categoria de abordagem AM conceituavam-na no mesmo sentido da AMI proposta pela Unesco (2016) e por Wilson *et al.* (2016). Foi por isso que, metodologicamente, optamos por reunir os trabalhos da categoria de abordagem AMI com os trabalhos da categoria AM para a realização da RSL e a definição da AM — que, para este artigo, é entendida como um conjunto de competências que capacitam cidadãos a avaliarem, interpretarem e acessarem conteúdos midiáticos de forma ética, reflexiva e responsável, promovendo o pleno exercício da cidadania.

A maioria das pesquisas encontradas consiste em levantamentos bibliográficos e documentais, de abordagem qualitativa exploratória. As pesquisas tinham como enfoques principais: a importância da alfabetização para a mídia na educação; a análise crítica dos meios de comunicação; o papel do docente na sociedade contemporânea; o consumo consciente e responsável da mídia; a cidadania digital e algorítmica; a resistência e apropriação das plataformas digitais; o uso da fotografia como dispositivo pedagógico; a crítica à educação tradicional; os estereótipos e representações midiáticas de mulheres; a pós-modernidade; e a contribuição da biblioteca escolar para a promoção da alfabetização para a mídia.

Como desafios enfrentados na implementação da alfabetização para a mídia nos artigos, destacamos a necessidade de: formação continuada dos docentes; regulamentação democrática das plataformas digitais; incentivo à produção de conteúdo crítico e consciente pelos discentes; desenvolvimento de currículos que integrem a alfabetização para a mídia de forma transversal; e a promoção de acesso equitativo às tecnologias e à internet.

Os artigos analisados enfatizam a importância da AM para a formação de cidadãos críticos e participativos capazes de enfrentar desafios contemporâneos, como a desinformação e disseminação de fake news em contextos em que as desigualdades socioeconômicas impossibilitam o acesso à informação de qualidade, comprometendo, assim, o funcionamento democrático das instituições e da sociedade como um todo. Dessa forma, a integração da AM nas práticas pedagógicas na contemporaneidade é uma urgência para o desenvolvimento de pensamento crítico em relação à mídia e suas produções.

Nas análises, percebemos uma profusão de conceitos em relação à alfabetização para a mídia, que, por se basearem nas definições da Unesco (2016) e Wilson *et al.* (2016), tendem a ser usados como sinônimos, implicando na importância de atualização das pesquisas sobre a alfabetização para a mídia. Em contexto caracterizado pela disseminação da desinformação e fake news, a alfabetização para a mídia enquanto necessidade educacional deve ser desenvolvida processualmente, promovendo uma educação que permita aos cidadãos saberem manejar a mídia, produzir e compartilhar conteúdos de forma ética e responsável, e não apenas

consumirem as produções midiáticas acriticamente. Futuramente, serão necessárias revisões de literaturas que abranjam outros idiomas e países. Os procedimentos metodológicos adotados aqui podem servir como base de futuras pesquisas dessa natureza.

Referências

BORGES, Gabriela. *Qualidade na TV pública portuguesa: Análise dos programas do canal 2*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

BUCKINGHAM, David. *The media education manifesto*. Cambridge; Medford: Polity Press, 2019.

BRUM, Alissom Roberto; SCHMIDT, Saraí Patrícia. Alfabetização midiática-visual: estabelecendo algumas concepções e intenções em torno do termo e da prática aliada a linguagem fotográfica. *Palíndromo*, Florianópolis, v. 16, n. 38, fev./mai. 2024, p. 1-24.

CARVALHO, Julia Leandro de; GIACOMAZZO, Graziela Fátima. Mídia-educação: um estudo sobre a proposta de alfabetização midiática e informacional da UNESCO. *Saberes Pedagógicos*, Criciúma, v. 6, n. 2, mai./ago. 2022, p. 1-21.

CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FLORES-VIVAR, Jesus Miguel; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo; VARGAS-MARÍN, Dennis Javier. Inteligencia artificial frente a la desinformación. In: MOTA, Gloria Ostos (Org.). *Oportunidades para la Participación y la democratización de las organizaciones en el siglo XXI*. España: Editorial Dykinson, 2021, p. 247-265.

GOMES, Paulo César; SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. Formação de professores de biologia e a leitura semiológica de cartuns da Revista Ciência Hoje das Crianças. *Amazônia*, Belém, v. 15, n. 34, jul./dez. 2019, p. 151-164.

GUAZINA, Liziane Soares. Alfabetização midiática e informacional no combate à desinformação e à violência nas escolas: uma proposta de agenda. *Comunicação & educação*, São Paulo, n. 2, jul./dez. 2023, p. 20-32.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira. Da alfabetização tradicional para a alfabetização midiática e informacional. *Liberato*, Novo Hamburgo, v. 17, n. 28, jul./dez. 2016, p. 119-252.

HOBBS, Renee. *Digital and media literacy: a plan of action*. Washington: Aspen Institute, 2010.

HJARVARD, Stig. Mídia-tização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*. São Paulo, n. 2, jan./jun. 2012, p. 53-91.

JENKINS, Henry *et al.* *Confronting the challenges of participatory culture media education for the 21st century*. Cambridge: The MIT Press, 2009.

LEMOS, A.; DOMINGO, D. Introduction journalism and algorithms. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 16, n. 3, 2020, p. 404-409.

LIVINGSTONE, Sonia. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. *The Communication Review*, London, v. 7, jan. 2004, p. 3-14.

MIHAILIDIS, Paul. *Civic media literacies: re-imagining human connection in an age of digital abundance*. New York; London: Routledge, 2019.

NICHOLS, T. Philip; LEBLANC, Robert Jean. Educação midiática e os limites da “alfabetização”: orientações ecológicas para plataformas performativas. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2023, p. 151-181.

NKENCHOR, Isioma Christiana; MACIVER, Joshua. Media literacy skills for promoting sustainable development in rivers state. *British Journal of Mass Communication and Media Research*, v. 4, n. 4, 2024, p. 13-26.

POTTER, W. James. *Media literacy*. 10 ed. Los Angeles: SAGE, 2022.

REIS, Danielle Daiane; MELO, Kalinka Ribeiro Aragão de; FONTES, Lívia Santana; ALMEIDA, Nilvânia Cardoso. Alfabetização midiática e informacional na formação do professor. *Pesquisa e Ensino*, Barreiras, v. 1, 2020, p. 1-25.

RODELLA, Ester Alkimim Zanco. Educação para uma leitura midiática feminista. *Alterjor*, São Paulo, v. 1, n. 25, jan./jun. 2022, p. 248-260.

RODRIGUES, Alessandra; GRANÉ, Mariona. Mídias digitais e acesso a conteúdo acadêmico-científico: usos por licenciandos e indícios para (re)pensar a formação docente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 41, n. 3, jul./set. 2023, p. 1-20.

SOARES, Laura Valladares de Oliveira; LUCE, Bruno Fortes; ESTABEL, Lizandra Brasil. A implementação da alfabetização midiática e informacional pelo bibliotecário no âmbito das bibliotecas escolares. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 51, n. 3, set./dez. 2022, p. 159-172.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Katiane de Jesus; VALLE, Mariana Guelero do. Alfabetização midiática e informacional: uma revisão sistemática da literatura. *Pesquisa em Foco*, São Luís, v. 26, n. 2, jul./dez. 2021, p. 109-122.

SPINELLI, Egle Müller. Comunicação, consumo e educação: alfabetização midiática para cidadania. *Intercom*, São Paulo, v. 44, n. 3, set./dez. 2021, p. 127-143.

UNESCO. *Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país*. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014, p. 13-19.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WILSON, Carolyn *et al.* Alfabetização midiática e informacional: currículo para a formação de professores. Brasília: Unesco, UFTM, 2013.

Nathan Nguangu Kabuenge - Universidade da Amazônia – Unama
Pós-doutorando em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia (Unama).
Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Comunicação Social — Jornalismo, UFPA.
E-mail: nathannguangu@gmail.com

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira – Universidade da Amazônia – Unama
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, UFPA. Graduada em Comunicação Social — habilitação em Jornalismo, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora na Universidade da Amazônia (Unama).
E-mail: ivana.professora2020@gmail.com

Thiago Almeida Barros – Universidade da Amazônia – Unama
Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia (Unama). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, UFPA. Professor na Universidade da Amazônia (Unama). É líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Representações da/na Amazônia (Soci-Amazônia PPGCLC/UNAMA).
E-mail: tbarros81@gmail.com

Alda Cristina Silva da Costa – Universidade Federal do Pará – UFPA
Pós-Doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia. Doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará — UFPA. Mestre em Sociologia, UFPA.

Graduada em Comunicação Social — habilitação em Jornalismo. Professora Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

Luna Carvalho de Lucena – Universidade da Amazônia – Unama

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura, Unama. Graduada em Comunicação Social — Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Pará UFPA.

E-mail: luna.lucena03@gmail.com